

**Dílson César Devides  
(Organizador)**

**LITTERIS.COM:  
Literatura e suas relações com a Tecnologia da  
Informação**

**Fatec**  
Lins  
Prof. Antonio Seabra

**CPA**  
Centro  
Paula Souza

**São Paulo  
Centro Paula Souza  
2017**

## Conselho Editorial

Dr. **Ricardo Iannace** (Faculdade de Tecnologia da Zona Leste – FATEC ZL/CPS)

Dra. **Lia Duarte** (Faculdade de Tecnologia de Ourinhos – FATEC OURINHOS/CPS)

Dr. **Pablo Alexandre Gobira de Souza-Ricardo** (Escola Guignard/UEMG)

Dr. **Gilson Leandro Queluz** (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia/UTFPR)

Dr. **Jean Pierre Chuvain** (Escola de Comunicações e Artes/USP)

Dr. **João de Mancelos** (Universidade da Beira Interior – UBI/Portugal)

Dr. **Marcelo Chiaretto** (Colégio Técnico da UFMG/FALE/UFMG)

Dr. **Márcio Roberto do Prado** (Departamento de Letras/UEM)

Dra. **Claudete Moreno Ghiraldelo** (Departamento de Humanidades/ITA)

Dra. **Graziela Soares Moura** (Faculdade de Tecnologia de Bauru – FATEC BAURU/CPS)

Dra. **Marilda Lopes Pinheiro Queluz** (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia/UTFPR)

Dra. **Roselene de Fatima Coito** (Departamento de Letras/UEM)

Dra. **Roselene Gomes Pommer** (Colégio Técnico Industrial de Santa Maria/UFSM)

Dra. **Silvia Matvolgyi Damião** (Departamento de Humanidades/ITA)

Dra. **Léa Dutra Costa** (Colégio Técnico da UFMG/UFMG)

Ma. **Michelle Mittelstedt Devides** (Faculdade de Tecnologia Prof. Fernando Amaral de Almeida Prado – FATEC ARAÇATUBA/CPS)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>. Direitos para esta edição foram cedidos pelos autores e organizador. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita. O conteúdo dos artigos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

# APOLOGIA DA LITERATURA

**Jean Pierre Chauvin**

*“[...] os moços que espontaneamente me acompanham (...) sentem prazer em ouvir o exame dos homens; eles próprios imitam-me muitas vezes; nessas ocasiões, metem-se a interrogar os outros” (Sócrates).<sup>1</sup>*

*“[...] mesmo que a história devesse ser julgada incapaz de outros serviços, restaria fazer valer, em seu favor, que ela é capaz de distrair” (Marc Bloch).<sup>2</sup>*

*“Qual o nome do livro, professor? Acho que vou usá-lo na empresa onde trabalho” (Após uma aula sobre Cícero).*

## Atitude

O título deste capítulo alude a dois registros basilares do pensamento ocidental. Em sua apologia, reconstituída pelo discípulo Platão, Sócrates colocava em discussão a existência de adversários de sua doutrina filosófica, a despeito da aceitação de suas ideias por uma grande parcela de jovens especialmente oriundos das classes mais abastadas da antiga Grécia. É notável que um discurso proferido instantes antes da morte exale tamanha vitalidade e sabedoria.

A seu turno, Marc Bloch defendia que a história fosse compreendida como uma ciência dinâmica que explicasse o presente, apontando relações entre diferentes tempos e culturas. Para ele, uma das principais tarefas do historiador era nos sensibilizar para os signos do passado, sem perder de vista as mudanças que atravessam os tempos e se instauram na mentalidade de quem se debruça sobre o dado historicizável.

Filósofo e historiador pressupunham horizontes similares de leitura. Para ambos, a figura da juventude era central, na propagação de seu pensamento: fosse o adolescente grego, cinco séculos antes de Cristo; fosse a criança francesa, na primeira metade do século XX, eram os mais jovens que eles pretendiam insuflar por intermédio da reflexão e da ciência.

---

<sup>1</sup> *Defesa de Sócrates*, 1968, p. 19.

<sup>2</sup> *Apologie por l'histoire*, 1974, p. 21.

Em nosso modo de ver, o professor de literatura precisa empreender um movimento análogo: ressaltar a qualidade inerente ao texto literário e seu papel de destaque, frente a um mundo povoado por lugares-comuns quase sempre combinados a maniqueísmos – cultivados tanto no púlpito quanto na chamada grande mídia. O ofício do professor de literatura converge com o do historiador da cultura, como sugere Roger Chartier (2002, p. 9):

A tarefa do historiador não é profetizar a história. Enganaram-se eles com tanta frequência ao aventurar-se a tal exercício que acabaram se tornando prudentes. O olhar voltado para trás tem outra função: ajudar a compreender quais são os significados e os efeitos das rupturas que implicam os usos, ainda minoritários e desiguais, mas a cada dia mais vencedores, de novas modalidades de composição, de difusão e de apropriação do escrito.

Nesses tempos em que a “homogeneização” (MORIN, 1977) contagia sentimentos, maneiras de pensar e formas de agir, cultivar e defender a arte da palavra, na modalidade impressa ou digital, é um legítimo ato de resistência. Como salienta Fábio Lucas, “A literatura contemporânea, na contracorrente da velocidade, não deve afastar-se da motivação crítica que historicamente a alimenta e estimula” (2001, p. 53).

Assim como a filosofia, a economia, a medicina, a tecnologia e a ciência, a obra literária está em diálogo com a mentalidade de um grupo social e seu contexto histórico. Talvez o modo mais eficaz de assegurar a sua relevância seja reconhecendo o lugar e o legado de autores, historiadores e filósofos, reverberando a mensagem que produziram. Talvez caiba ao mediador literário apresentar os textos de diferentes tempos do modo mais sedutor possível.

O problema é que nem todos os leitores, estudiosos e professores estão dispostos a propagar e defender a arte que eles mesmos adotaram como seu objeto de trabalho ou fruição. O fato de os mediadores literários serem formados em Letras não impede (antes, favorece) neles uma visão pessimista, derrotista e apática em relação ao artefato literário. É como se a relevância da arte – e, por extensão, do próprio estudioso – estivesse previamente condenada à esterilidade, ao fracasso, pois supõem a relativa inutilidade da linguagem artística.

Ora, o acúmulo de livros (considerados mais difíceis ou de menor atrativo comercial) em estoques, a reduzida “captação” de alunos/leitores pelas instituições, a falta de solidariedade por parte dos colegas de profissão não podem ser atribuídas à maior ou menor (im)pertinência da obra literária. Pensar desse modo rasteiro implica transferir o problema sociocultural para o texto literário, ocultando o papel e a responsabilidade de seus agentes, cultivadores e intermediários.

Em lugar de detectar e refletir sobre o menor alcance do texto, decreta-se a suposta

impopularidade do artefato literário e reforça-se a ilusão de que a paisagem mercadológica<sup>3</sup> é capaz de escamotear, ou mesmo de substituir, os demais valores – especialmente aqueles relacionados à cultura não-material. Leslie White assinalava que:

As necessidades humanas podem ser divididas em duas classes: as que podem ser satisfeitas com os recursos materiais existentes no mundo exterior e as que não podem ser satisfeitas com eles. Estas últimas são necessidades psicológicas e “espirituais”. Talvez devêssemos qualificar a frase “atender às necessidades humanas” para que se leia “conforme se concebe essas necessidades, o que ele considera como suas necessidades” (WHITE; DILLINGHAM, 2009, p. 29).

A literatura não tem caráter salvacionista; mas é inegável que ela pode aportar mudanças significativas para o homem e seu mundo. O alcance das tragédias de Shakespeare, no século XVI; a enorme popularidade do louco/sábio *Dom Quixote*, no início do Setecentos; a comoção em torno de um casal visceral, em *Os sofrimentos do jovem Werther*, ao final do século XVIII; a polêmica levada aos tribunais em torno de *Madame Bovary*, em 1857; a denúncia sobre a moradia sub-humana, combinada à exploração do trabalho em *O Cortiço*, no final do século XIX; a erudição contida em *O nome da rosa*, editado em 1980 etc, são excelentes amostras do impacto da literatura, disseminada por entre o maior público possível.

Outro aspecto a ser considerado: a arte literária não depende do cinema ou dos jogos eletrônicos para despertar interesse nos leitores de hoje. Isso não significa que vejamos as outras artes como suas adversárias: seria um autêntico contrassenso desprezar o papel das narrativas nos filmes e nos *games*. O diálogo entre diferentes suportes e fazeres costuma ser muito relevante e produtivo, como mostram as análises sob o viés da Semiótica. O problema maior está em subestimar a qualidade intrínseca ao (bom) texto literário, condicionando-o a uma posição de subserviência aos outros saberes e artes (esquecendo, providencialmente, que o cinema e os *games* devem sua existência à narrativa). Reconheçamos a precedência da literatura e seu poder emancipatório, perante leitores, cinéfilos e *players*.

É atitude controversa julgar um bom texto em prosa, drama ou verso – pertencente à Antiguidade greco-latina, à Idade Média europeia, ou à chamada Contemporaneidade – em termos de sua suposta atualidade. A relevância cultural da obra de arte não se resume a atender as expectativas instáveis do universo fragmentário e superficial em que vivemos, mesmo porque “[...] o mundo da comunicação eletrônica é um mundo da superabundância textual cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores” (CHARTIER, 2002, p. 20).

---

3 “Os grandes armazéns, com a exuberância de conservas, vestidos, bens alimentares e de confecção constituem como que a paisagem primária e o lugar geométrico da abundância. [...] No amontoamento, há algo mais que a soma dos produtos: a evidência do excedente, a negação mágica e definitiva da rareza, a presunção materna e luxuosa da terra da promessa” (BAUDRILLARD, 2014, p. 14-15).

Aferir critérios de suposta obsolescência a um texto histórico ou literário seria atribuir às diferentes artes (retórica, poética, literatura etc), mesmo as mais perenes, um estatuto transitório, como se se tratasse de itens superáveis: materiais sujeitos à reciclagem constante, por intermédio de seu descarte. A passagem do tempo não é argumento consistente para se desprezar o texto, tampouco o suporte em que era veiculado. Em nome da ideia de atualidade, retira-se a especificidade do texto literário, como João Barrento salientou recentemente:

[Vivemos em] um mundo sem memória, onde a cultura, a arte e a literatura se regem por paradigmas economicistas. O único lugar onde ainda existem valores é na Bolsa. A vida das pessoas gira em torno do consumo e das vivências do corpo mas apenas na sua perspectiva hedonista. Logo, o simbólico, a letra, a palavra saem a perder. [...] A literatura foi totalmente contaminada pela acumulação de atualidade, de informação, abdicando do espaço da História, da memória. Obriga-nos a um tempo presente onde imperam as imagens (BARRENTO, 2016, n.p.)

É temerário estender aos textos, avalizados pela tradição, os mesmos critérios estreitos de valorização tomados de áreas absolutamente distintas – a exemplo da ciência e da tecnologia. Assim como uma pintura de Rembrandt, ou um concerto de Mozart, a literatura não merece ser avaliada segundo as mesmas premissas, métodos e objetivos que orientam a infundável superação de procedimentos informacionais, planos de vendas ou estratégias de *marketing*.

Condenar as artes do passado (como definir o pretérito?) incorre em grave equívoco: similar às grandes queimas de obras julgadas hereges, durante a Idade Média, ou de artes consideradas impuras, nos primórdios da Alemanha nazista. A questão se torna mais complexa quando se transferem frustrações profissionais para o texto literário. O papel do professor (não exclusivamente o “de literatura”) está em convidar o seu aluno à leitura e à reflexão; sugerir que o estudante se aventure em torno da palavra, reconhecendo as distinções que dizem respeito ao tema, gênero, vocabulário e suporte em que ela se inscreve.

A literatura contemporânea, ao pagar tributo aos ídolos da velocidade, vê-se ameaçada a pulverizar-se em pequenos fragmentos de substância lírica, ou em relatos mínimos consubstanciados em parábolas. Tudo regido pelo princípio do menor esforço com que se lisonjeia a preguiça mental<sup>4</sup> e se estende, sobre o campo da opinião pública<sup>5</sup>, o manto consumista a cobrir a sociedade despolitizada (LUCAS, 2001, p. 52).

A qualidade do texto literário não se relaciona com o seu tempo de existência: não rotulemos a

---

4 De acordo com Edgar Morin, “Os processos elementares de vulgarização [da literatura] são: simplificação, modernização, maniqueização, atualização” (1977, p. 54).

5 Em 1901, Gabriel Tarde percebera que “Tudo iria melhor se a opinião se limitasse a vulgarizar a razão para consagrá-la em tradição. A razão de hoje tornar-se-ia como que a opinião de amanhã e a tradição de depois de amanhã. Mas, em vez de servir de elemento de união entre suas vizinhas [razão e tradição], a opinião gosta de tomar partido em suas disputas e ora, embriagando-se com as novas doutrinas da moda, devasta as ideias ou as instituições costumeiras antes de poder substituí-las, ora, sob o domínio do costume, expulsa ou oprime os inovadores racionais, ou força-os a vestir a libré tradicional, disfarce hipócrita” (2005, p. 61).

pesquisa a seu respeito como algo datado e sem serventia. A arte literária não acontece do mesmo modo, em todos os espaços e tempos. É sobretudo questionável aplicar à literatura uma concepção predominantemente mercantilista. Vale lembrar que a figura do autor autônomo, sujeito pago por escrever, é ocupação recente do ponto de vista histórico. Ela teve início durante o Romantismo alemão, no final do século XVIII e, portanto, não se estende àqueles que vieram antes.

Conceda-se a devida importância aos modelos empregados na escrita – por exemplo, quando os autores orientavam-se pelas preceptivas que constavam dos tratados de retórica e poética que circulavam em sua época. De mesmo modo, não se ignore que os protocolos de leitura também mudaram ao longo dos tempos, fruto do consórcio entre livros e leitores<sup>6</sup>. O anacronismo é um dos maiores adversários do cultivo à literatura e ao pensamento. Propor que o valor do texto está condicionado à sua pretensa atualidade (como mensurá-la?) reforça o movimento de desprezo de quase tudo que refere ao passado.

O fato de vivermos em um mundo que concede menor valor aos referenciais (BAUDRILLARD, 1991), onde diferentes temporalidades se cruzam, os espaços se tornam menos estanques e as relações humanas mais fluidas (BAUMAN, 2001), não implica que estejamos em um contínuo temporal, sob a égide de um eterno presente. Koselleck (2012, p. 26) já havia nos ensinado que uma tal concepção temporal era um dos atributos da Idade Média europeia:

O fim do mundo só é um fator de integração enquanto permanecer não determinável, do ponto de vista histórico e político. Assim, na qualidade de elemento constitutivo da Igreja e configurado como o possível fim do mundo, o futuro foi integrado ao tempo; ele não se localiza no fim dos tempos, em um sentido linear; em vez disso, o fim dos tempos só pôde ser vivenciado porque sempre fora colocado em estado de suspensão pela própria Igreja, o que permitiu que a história da Igreja se perpetuasse como a própria história da Salvação.

Quer dizer, pelo menos durante mil anos – entre a queda do Império romano, no século V, e a renovação humanista, a partir do Quinhentos – Deus foi a cláusula que assegurava a perpetuação temporal e espiritual do mundo terreno, compreendido como um plano intermediário (e imutável) entre o inferno e o firmamento. Percorre-se trajetória similar quando se despreza o passado e se supõe que presente e futuro sejam as únicas dimensões válidas.

O chamado mundo contemporâneo, invenção do século XVIII<sup>7</sup>, elegeu o Mercado como substituto do monoteísmo metafísico. Desprezar a cultura legada por homens de outros tempos e lugares, supondo-a deslocada ou ultrapassada – porque em descompasso com o nosso tempo – é

---

6 “Cervantes soube aferir que os livros não são nada, ou quase nada, sem a leitura, isto é, que só adquirem sentido verdadeiro ao serem lidos” (GÓMEZ, 2014, p. 16).

7 “A partir do século XVIII, a historiografia fala cada vez mais de uma ‘época contemporânea’. O conceito de ‘tempos modernos’, ou ‘modernidade’ [*Neuzeit*], segundo o dicionário de Grimm, só é documentado a partir de 1870, em Friligrath” (KOSELLECK, 2012, p. 269).

sobrevalorizar a doutrina de que a arte também estaria submetida a um movimento perpétuo de superação. Os fundamentos econômicos defendidos por Adam Smith, as teorias psicanalíticas propaladas por Sigmund Freud, a relatividade dimensional de Albert Einstein terão menor relevância, em função do tempo em que elas se inscreviam? O que explica as constantes reedições do famigerado manual de Dale Carnegie<sup>8</sup>, editado em 1936?

Isto posto, não se atribua à arte em geral, e à literatura em particular, a função de mero invólucro cultural em compulsória sincronia com o presente; tampouco se confunda a mensagem transmitida pelo texto artístico como um produto. A obra de arte não é uma mercadoria esvaziada de símbolos, nem desprovida de potencial alegórico.

A vida mais superficial e acelerada da era digital não deveria constituir um óbice à fruição do texto literário. Nem o suporte do texto, seja ele impresso, seja digital, autoriza-nos a desqualificar os objetos e conteúdos de outros tempos, em benefício dos títulos mais recentes e rentáveis. Há que se considerar que os textos estão atrelados a determinados registros, formas e modelos, estabelecidos segundo a “ordem dos discursos”, como a define Chartier (2002, p. 23)

É essa ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade.

A disseminação do *e-book* possibilita que utilizemos os novos suportes, graças às as novas tecnologias, em favor da literatura. Em lugar de depreciar a palavra impressa, os recursos eletrônicos podem servir como lentes de aumento, favorecendo a disseminação do que herdamos e do que venhamos a produzir – a exemplo do que já acontece em portais, *blogs* e até mesmo perfis de escritores e leitores, em constante diálogo nas redes sociais.

## Tempo, Espaço

Quando orientadas pela estreita lógica binária, as relações inter-humanas vinculam o caráter utilitário dos objetos com a ética utilitária. É nesse interstício que viceja a própria cultura de massa, que conta com poderoso arsenal linguístico e imagético para nos convencer de que escutar determinadas músicas, calçar determinado par de tênis e consumir determinado uísque sejam gestos

---

<sup>8</sup> Em 2012, *Como fazer amigos e influenciar pessoas* chegou a sua 52ª edição, no Brasil, pelas mãos da Companhia Editora Nacional.

de consumo a simbolizar algo melhor do que somos.

Não pertencemos à Grécia antiga, em que a atitude pragmática circunscrevia a discussão em torno de questões negociais (*pragma* > negócio). Não estamos na virada do século XVIII para o XIX, quando a Revolução Industrial sugeriu a Adam Smith e a Jeremy Bentham que hipostasiassem o ideário em defesa do bem-estar, em favor da ética utilitária:

[...] todos os homens têm anseios igualmente fortes de felicidade. Portanto, todos devem desfrutar de iguais direitos e oportunidades. Essa visão era novidade à época, e constituiu um dos dogmas centrais do programa reformado dos radicais. A outra conclusão que se infere é que a maior felicidade só pode ser conseguida se as condições permanecem estáveis. Assim, igualdade e segurança são as considerações primordiais (RUSSEL, 2013, p. 412).

Eis o desprezo contemporâneo pelo pretérito, em nome do lucro, do prazer e da felicidade ininterrupta. A objetividade das ações pretende explicar a preguiça diante da reflexão (não li, não gostei). Estamos sob a égide da recompensa, que se imiscui não apenas nas peças publicitárias (carro potente = potencial de conquista; banco amigável = dívidas solucionadas). O utilitarismo converteu-se em prerrogativa: ele é adotado em nome da razão contábil, invocado pelos neorracionalistas e intensificada desde a metade do século XX. Essa conduta é nítida, também na esfera cotidiana, como se detecta nos diálogos que escutamos nas ruas ou nos transportes coletivos. Em *shoppings*, bares e ambientes dançantes predominam marcas discursivas que explicitam a lógica do “Se sim, então vou”.

Ao refletir sobre a literatura e o papel do escritor, Jean-Paul Sartre sublinhava o caráter não utilitarista da arte: “Os poetas são homens que se recusam em *utilizar* a linguagem” (1948, p. 18 – grifo do autor). Em termos gerais, parece haver um crescente pragmatismo, disseminado como condição de sobrevivência e padrão de comportamento. Esse modo de ser se revela cada vez mais afinado com a noção utilitária de todo tipo. Verbos que exprimem exatidão são utilizados com máxima frequência, quando se pretende transmitir seriedade: planejar, calcular e implementar.

Uma noção recompensatória contamina os pressupostos, os meios e fins dos argumentos. Ela está na base das premissas, dos métodos e dos objetivos de grande parcela dos homens – estes, mais ou menos “integrados” (ECO, 2008) aos dispositivos que estimulam a padronização da sociedade, sob a forma das representações, sejam elas artísticas ou negociais. Esse estado de coisas afeta a percepção da cultura<sup>9</sup>, um termo que acumula acepções bem distintas, a partir do Renascimento. Segundo Raymond Williams:

Em todos os primeiros usos, cultura era um substantivo que se referia a um processo:

---

<sup>9</sup> Para Terry Eagleton, “Se cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação quanto crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalitrância da natureza” (2011, p. 13).

o cuidado com algo, basicamente com as colheitas ou com os animais. (...) A partir do princípio do Século 16, o cuidado com o crescimento natural ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano (2007, p. 117-118).

Desvinculada de seu contexto histórico, fragmentada pela análise apressada e o uso corriqueiro das sentenças, por vezes o termo “cultura” se associa de modo pejorativo ao sujeito que ostenta um saber qualquer, empregado mais para projetar a sua própria imagem que para fomentar o debate e alguma reflexão entre seus alunos e pares.

Talvez seja oportuno recorrer a sínteses mais didáticas sobre o tempo. Cada grande período histórico poderia ser associado a um grupo de palavras-chave, como forma de melhor compreendermos alguns traços ou sequelas que persistem em nosso próprio plano temporal. Por exemplo, em 1967, Guy Debord associava a Antiguidade ao “ser”; a transição da Idade Média para a Moderna ao “ter” e a Era Moderna, ao “parecer”.

Dito de outro modo, a essência (vinculada à valorização e predomínio da memória), entre os povos greco-latinos cedeu lugar ao registro escrito (posse material do saber e das coisas em geral), ao longo da Idade Média, e possivelmente até o final do século XIX. A partir da década de 1950, teríamos logrado outro estágio, o da substituição do verbal pelo não-verbal. Aceita a distribuição proposta por Debord, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, as aparências é que deram o tom dos homens. Casadas ao franco estímulo do consumo, na revitalização da produção industrial – escoada pelas estratégias mercado –, era como se a aquisição de determinados bens ou itens contivesse uma explicação em si mesma.

Dispensando qualquer desconfiança quanto à origem e lugar, e invalidando o procedimento crítico, o cidadão – conquista burguesa pós-Revolução Francesa –, parece ter se convertido em livre-consumidor. Quanto às demais liberdades com que julga contar, bastaria lembrar que nossos veículos contêm *chips* para rastreamento, para evitar assaltos; que naves não-tripuladas estão a quilômetros de distância sobre nossas cabeças, para nossa segurança; que determinadas “ligações telefônicas estão sendo gravadas” para nossa segurança. A coletivização das paranoias é um dos efeitos mais nocivos de nosso tempo.

O historiador Reinhart Koselleck sugeria, em 1979, outra síntese, quanto à temporalidade: os gregos privilegiavam o passado, associando-o à valorização do dado mnemônico e inquestionável peso de sua tradição histórica e cultural. Na Europa, reduto do mundo ocidental durante a Idade Média cristã, reis, papas e reformistas apregoaram um *continuum* “temporal”, que estaria sob a regência do elemento espiritual, fazendo com que a vida de muitos homens soasse comprimida entre a noção de presente perpetuado na suposta palavra de Deus: “A história da Cristandade, até o século XVI, é uma

história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (KOSELLECK, 2012, p. 24).

A partir do século XVIII, o homem assumiu um caráter “prospectivista”, como um indivíduo (e indiviso) sedento de futuro. A ciência tomou parte do lugar até então reservado à filosofia e compartimentou os saberes, em direção à crescente especialização, a justificar o elogio e a formação de mega-especialistas. A crescente divisão do saber não tardou a expandir os seus efeitos, contagiando as noções mais abstratas, como a de tempo para o lazer.

Tal é a exigência inscrita no âmago do tempo “livre”: restituir ao tempo o seu valor de uso. Libertá-lo como dimensão vazia para o cumular com a liberdade individual. Ora, no nosso sistema, o tempo só pode ser “libertado” como objeto, como capital cronométrico de anos, de horas, de dias, de semanas a “investir” por cada [sic] qual “a seu bel-prazer”. Por consequência, já não é “livre”, uma vez que se encontra regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção (BAUDRILLARD, 2014, p. 202).

Alerta-nos que o ato de ler seja considerado como um lazer secundário, convertido em passatempo contra o tédio que se instaura nos leitores contagiados pela sanha produtivista. A especialização afeta o leitor esporádico, mas também o intelectual. Como salientava Roland Barthes, a leitura de qualidade demanda tempo próprio e envolve a medição por parte de seu receptor. Em analogia com a vida, o desejo é imprescindível ao ato de ler:

Não se trata do prazer do *strip-tease* corporal ou do *suspense* narrativo. Em ambos os casos, não há rasgão, não há margens; há uma revelação progressiva: toda a excitação se refugia na *esperança* de ver o sexo (sonho de colegial) ou de conhecer o fim da história (satisfação romanesca). Paradoxalmente (visto que é de consumo de massas), é um prazer bem mais intelectual do que o outro: prazer edipiano (desnudar, saber, conhecer a origem e o fim), se é verdade que todo relato (toda revelação da verdade) é uma encenação do Pai (ausente, oculto ou hipostasiado) – o que explicaria a solidariedade das formas narrativas, das estruturas familiares e das proibições de nudez, todas reunidas, entre nós, no mito de Noé coberto pelos filhos (BARTHES, 2006, p. 16).

Estendendo a ambiguidade coletiva às tarefas do intelectual, Edgar Morin observou que ele vive uma situação de impasse: “progressivamente os intelectuais foram atraídos, chamados, para as salas de redação, os estúdios de rádio, os escritórios dos produtores de filmes. Muitos encontraram aí uma profissão. Mas estes intelectuais são empregados pela indústria cultural. Só realizam por acaso, ou após lutas extenuantes, os projetos que trazem em si.” O sociólogo conclui que no mundo contemporâneo, “Ao mecenarismo sucede o mercenarismo” (MORIN, 1977, p. 17 e 18).

Na década de 1980, Vilém Flusser apresentou outra produtiva síntese a respeito da dimensão histórica. Para ele, a palavra (proferida oralmente na Antiguidade) cedera lugar à escrita, durante a

Idade Média e, a partir do século XIX, a representação gráfica perderia terreno para o elemento imagético, icônico. Qualquer usuário regular da internet e dos arquivos digitais pode identificar este fenômeno em nossos dias.

Desejar um mundo perfeitamente ordenado envolve duas frentes de atuação: uma mais reativa e incisiva, que se pretende legitimada pelo discurso conservador, transubstanciado nos “agentes de repressão do estado” (ALTHUSSER, 1985); outra, mais oblíqua e transversal, embutida na mentalidade incapaz de enxergar alternativas no plano em que vive. Uma e outra corrente estão movidas pelo medo de si, do outro, combinado ao desejo de segurança e previdência<sup>10</sup>. É sintomático o crescente número de empresas de vigilância pessoal e patrimonial.

Sob a condição estreita do embate polarizado, violência e apatia compõem o saldo do universo padronizado em que se deprecia a história e que, em nome da ética de mercado, pretende-se disseminar um mesmo padrão de pensamento, como forma de justificar as campanhas de *marketing*, de modo a alargar as vendas e escoar os produtos sobressalentes.

Reparemos no discurso que circunda os espaços coletivos. Habitualmente, fala-se em “literatura”, “política” e “sociedade” analogamente ao modo como uma parcela do coletivo se refere a “filme”, *tablet*, “liberdade”, *vibe* ou “comportamento”. Minoramos o papel do autor e de seu ofício (a escrita) de seu contexto histórico, ideológico e estético. Abordamos determinado assunto munidos de fragmentos, frequentemente transcritos a partir de atividades aleatórias via *internet*. Irreferencialidade, portanto.

Em 1990, Armando Petrucci alertava para os interesses das grandes potências mundiais, na disseminação do livro para o grande público, por intermédio de programas oficiais lançados pelos governos. Para que isso fosse colocado em marcha, os projetos cooptaram numerosos intelectuais, de maneira a legitimar operações que, em nome da democracia, orientavam a leitura de um número restrito de obras:

Durante os anos de 1930 e 1940, nos Estados Unidos, sobre a linha tênue do New Deal de Roosevelt, viu-se consolidar e se difundir a ideologia tipicamente anglo-saxã da biblioteca pública como estrutura fundamental da democracia. Os manuais destinados à formação dos bibliotecários e as enquetes sociológicas sobre a educação de base afirmavam, todos, que o repertório dos livros garantiam uma leitura positiva, e útil, em absoluto, para os indivíduos e a comunidade, era aquele que repousava sobre os *standards* aprovados por gerações de intelectuais autorizados e que se

---

10 A única arma do poder, a sua única estratégia contra esta deserção é a de reinjetar real e referencial em toda parte, é a de nos convencer da realidade do social, da gravidade da economia e das finalidades da produção. Para isso usa, de preferência, o discurso da crise mas também, por que não?, o do desejo. “!Tomem os vossos desejos pela realidade!” pode ouvir-se como último *slogan* do poder, pois num mundo irreferencial, até a confusão do princípio de realidade e do princípio de desejo é menos perigosa que a hiper-realidade contagiosa. Fica-se entre princípios e aí o poder tem sempre razão (BAUDRILLARD, 1991, p. 32-33)

referia a um sistema superior de valores [...] tem-se a impressão de que, na ideologia do progressismo americano, a leitura era conscientemente concebida como um instrumento de formação e de controle social porque ela se limitava a um cânon homogêneo de autores e de obras, fundado sobre a autoridade da tradição (PETRUCCI, 2001, p. 437).

Seria uma postura leviana e pretensiosa desconsiderar as condições de criação e espaço, assim como os condicionantes históricos e parâmetros culturais que envolvem a composição da obra literária. Quando procedem desse modo, determinados pesquisadores ignoram o fato de que os múltiplos discursos (orais ou escritos) que constituem a representação da história, das artes, da filosofia e das ciências – surgidos em diferentes momentos e veiculados em múltiplos suportes, impressos, eletrônicos, digitais –, estão intimamente vinculados de gêneros, sejam eles tradicionais, sejam “emergentes” (MARCUSCHI, 2005).

O pesquisador de literatura não está contra os *blogs* ou os portais de educação. Saber quem foi Cícero e debruçar-se sobre seus numerosos textos que chegaram até nós não significa que estejamos cegos frente aos recursos tecnológicos. Pelo contrário, a digitalização de livros antigos favorece o acesso de leitores e pesquisadores a textos absolutamente relevantes. O dilema está em subestimar o valor da leitura e da escrita, supondo que o mais importante é comunicar.

Não esqueçamos as variadas relações interpessoais estabelecidas em coletividade (família, condomínio fechado, escola, faculdade, cinema, clube, rodoviária, café e aeroporto). Num mundo que tem ojeriza ao pretérito, naturaliza-se a condenação de atividades com “utilidade” questionável. A cultura padece a polarização protagonizada por peritos (em decodificar palavras) e um público crescente, desprovido de repertório e interesse.

Vale lembrar que a literatura e a sociedade mantêm uma relação de constante interferência. Elas são perpassadas por múltiplas concepções culturais que deveriam favorecer a sua mediação. Entretanto, para uma parcela das pessoas com que convivemos, a literatura pertença a um mundo de termos menos instáveis, aparentemente sem lugar em nosso tempo de fragmentação linguística e encapsulamento no chamado mundo virtual.

As artes e os conhecimentos oriundos do passado em parte são desconsideradas porque preexistem a história pessoal, à qual cada sujeito dá relevância aquilatada e desproporcional. Mas a literatura, assim como a história, a ciência e a tecnologia, não nasceu no dia em que nossa certidão de nascimento foi emitida. A amplificação de nós mesmos e de nossa trajetória é favorecida por vivermos em um mundo de agigantamento do ego e valorização crescente da noção de recompensa: estudar para conseguir um posto no mercado; ler não para fomentar a reflexão, mas combater o tédio; relacionar-se com os outros, não devido ao bem-estar proporcionado por sua companhia, mas tendo

em vista os benefícios que eles nos granjeiam.

Esse estado de coisas parece ser viabilizado atualmente em função de nossa vivência fragmentária e ambígua por entre os desvãos do coletivo e das múltiplas formas de representação particular. Esse estatuto foi considerado pelo polonês Zygmunt Bauman (2001) como característico de um período histórico em que a modernidade é “liquefeita”, ou seja, as relações são tênues, porque sustentadas quase que exclusivamente nas aparências, em circunstâncias específicas e interesses pontuais. O homem “moderno” é atravessado por relações interpessoais com vínculos mais frágeis, em meio à vigência de contratos instáveis, estabelecidos mediante cláusulas provisórias e superficiais.

Uma concepção multifacetada e sobranceira das pessoas, a respeito do que pode ser considerado como literatura em nossa sociedade, talvez seja relativamente explicável, neste momento (a)histórico que vem sendo rotulado desde o final da década de 1970 como “Pós-Moderno”. Apesar da popularização do termo, seu significado é controverso, multifacetado e pouco preciso.

“Pós-Modernidade” é um substantivo composto e elegante que, apesar de vago do ponto de vista semântico, pressupõe sintetizar determinadas questões pessoais, irradiadas socialmente, combinadas ao costume de revisitar e travestir o passado. Daí a recorrência a termos arcaizantes, como *vintage*, por exemplo e, no campo comportamental, o critério da recompensa como meio de subsistência. Porém, esse olhar de aparente retorno ao passado não implica um efetivo retrospecto em que passemos determinadas questões a limpo. Ele não envolve, tampouco, uma reflexão sobre o que já fomos, de modo a aprimorar nossa mirrada existência. Essa visão pode representar, pelo contrário, a mera tentativa de reapropriação de estilos e valores, realocados espacial e temporalmente, com vistas ao êxito da repetição.

Trata-se de ações em diálogo com novos padrões culturalmente aceitos: um reaproveitamento do passado, desde que ele possa ser convertido em favor da ideia de originalidade e reafirme uma diferença qualquer entre os homens. Eis a razão para o acúmulo de rótulos reiterados em solidariedade consumista pelos homens mega-modernos. Seres que proferem ditos eufêmicos e complacentes, a justificar o retorno do que já tinha ido. A tendência retrô incide em um curioso paradoxo: resgatar modismos sob a aparência promissora de um novo *look*.

O discurso presente nas mídias sugere que é imperativo estar atualizado com as novas ideias – pouco importa que elas sejam próprias e autênticas, ou recolhidas ao acaso. Os mesmos *slogans* de décadas atrás disfarçam os severos, mas sedutores ditames do mercado de consumidores, constituído por um grupo de indivíduos risonhos, porque otimistas; e risíveis – por se portarem de modo acrítico.

## Palavra, Imagem

O que dizer dos vínculos entre a literatura – que demanda tempo de criação, edição e leitura – e a sociedade seduzida pelo aparato tecnológico, que promete otimizá-lo em escalas de tempo cada vez menores? Certamente, o suporte também interfere na qualidade da leitura. Provavelmente não lemos um *e-book* da mesma forma que manuseamos as páginas de um livro, assim como não experimentamos as mesmas sensações ao escutar a versão no arquivo em *mp3* de uma ópera de Verdi, reproduzida em um teatro.

Trata-se de experiências bem distintas, operando em suportes muito diversos. Não se pode forçar uma aproximação entre obras, desconsiderando seu espaço e momento de produção; nem desprezar as implicações históricas e culturais entre a forma impressa e a digital. A ópera representada no tablado nem sempre corresponde a sua versão compactada e convertida em arquivo de áudio. Trata-se de registros sobremodo distantes, equivocadamente aproximados, segundo os desígnios do mercado e os hábitos compulsórios que ele estimula: “[...] a orientação consumidora destrói a autonomia e a hierarquia estética, próprias da cultura cultivada” (MORIN, 1977, p. 18).

Há séculos, o universo das Letras agrega índices simbólicos ao homem culto (súdito, burguês ou cidadão), perante a sociedade de seu tempo. Como se sabe, o hábito de ler e a habilidade de escrever serviram como pressupostos, meios e índices de distinção para que os chamados “homens bons”, nos tempos da Colônia luso-brasileira, lograssem uma posição diferenciada. Esse estado de coisas vigorou por aqui, pelo menos entre os séculos XVI, XVII e XVIII. O homem lido, o letrado, o administrador do reino, capaz de preencher documentos ou manejar palavras difíceis, preservou sua força e privilégio, quando a coroa transferiu-se para sua maior possessão ultramarina em 1808.

Assim, a envernização cultural, a capacidade de improvisar discursos à mesa, a demonstração de suposta intimidade com a palavra oral ou impressa foram, durante séculos, poderosos sinais – e mais: requisitos para circular e manter-se nas altas-rodas sociais, de que são indicativas as numerosas agremiações literárias, fundadas por aqui, a reboque do que aconteceu na França e Portugal, desde o final do século XVII, como se nota na poesia dos poetas seiscentistas e árcades.

Dessa ótica, a cultura usualmente serviu aos interesses de uma elite cultural e social que reforçava o contraste extremo com uma população miserável e rarefeita, do ponto de vista cultural. Na síntese de Marilena Chauí:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada *cultura senhorial*, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos (...) As diferenças e assimetrias são sempre transformadas

em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência (2001, p. 13).

No caso brasileiro, a literatura quase sempre esteve ligada à ostentação de saberes, verificáveis ou não, com o amparo da linguagem formal, tendo em vista justificar o fato de ocupar um posto na sólida hierarquia pública ou determinado estamento perante a sociedade. A esse respeito, Luiz Costa Lima lembra que: “Até o século XIX, o público leitor do escritor brasileiro era mais um fantasma que uma realidade. As academias forneceram, no século XVIII, o seu simulacro. Formava-se uma cultura oral (...) que tinha no púlpito e na tribuna os seus veículos por excelência” (1981, p. 7).

Não por acaso, os cursos específicos na carreira de Letras só foram oferecidos por aqui na segunda metade do século XX. No intervalo de poucas décadas, eles passaram a lidar com o fantasma da extinção de carreiras. A isso se liga o fato de que a lógica resplandecente do mundo pragmático contagia e domina a já reduzida motivação de quem estuda, pesquisa ou professa, sem deixar espaço para outras formas de conceber o mundo do ensino, da cultura e do trabalho. O saber “por si” cedeu lugar ao conhecimento “em função de”, como se o utilitarismo das ações implicasse o desprestígio estético e facultasse a ética do interesse.

Essa condição híbrida é particularmente mal resolvida no universo das Letras, mesmo porque os sujeitos que não percebem o valor das várias formas assumidas pela cultura, espacialmente e ao longo do tempo, nem sua vinculação com o dado histórico, frequentemente reproduzem sua resignação frente a avalanche das tecnologias, no embalo de fórmulas discursivas pré-moldadas pelo senso comum. Decorre daí a indistinção entre literatura e tecnologia, como se o fazer literário tradicional fosse incompatível com mundo permeado por novos suportes.

As costumeiras oposições entre o “útil” e o “cultural”, ou entre o “ideológico” e o “estético” afetam diretamente o modo como o indivíduo “hipermoderno” (LIPOVETSKY, 2004) sente e age. Ele parece estar convicto de que somente o grande lance e a máxima quantidade sejam reconhecidos e avalizados, enquanto ele mesmo pouco se empenha para compreender o artefato literário em sua especificidade histórica e cultural.

Isso também acontece porque há uma inversão de valores, quanto ao papel atribuído à obra de arte, numa sociedade que constrange a fantasia (tida por dado pueril) e a espontaneidade (considerada como falta de calculismo). Como dizia Horkheimer (1976, p. 18): “Na maior parte dos casos, ser racional significa não ser refratário, o que por sua vez conduz ao conformismo com a realidade tal como ela é. O princípio de ajustamento à realidade é dado como certo”.

Consideremos que a literatura seja uma das formas de representação diretamente ligadas à “cultura” (cultivo); que ela seja um caminho razoável para a aquisição de saberes; que possa ser um

requisito para o homem supostamente civilizado e inimigo das muitas formas de barbárie. Que o fato de termos contato com diversos gêneros textuais e diferentes ideias permitisse-nos estabelecer relações, orientar nosso gosto a partir de comparações, dialogarmos nossa fala do dia a dia com a linguagem artística, a reflexão dos filósofos, as vantagens da ciência em prol da humanidade.

Essas ideias fariam bastante sentido, se levássemos em conta o fato de que “Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2003).

Na década de 1980, Raymond Williams observava que o conceito de “cultura” assumira acepções múltiplas e abrangentes ao longo dos tempos – o que permitiria repensar o alcance e as representações do próprio signo verbal ou não-verbal, bem como seus meios de produção, veiculação e circulação.

Um fenômeno complexo entrava em vigor àquela altura. A partir da década de 1970, grandes conglomerados passaram a manifestar aparente interesse em torno da cultura, sob a forma de consideráveis investimentos voltados para a exposição de obras de arte em grandes galerias e locais frequentados pelo grande público, misto de cliente bancário e apreciador esporádico de artefatos culturais. A pesquisadora Chin-Tao Wu percebe, nesse movimento, a preocupação por parte da elite financeira em atrelar seu nome, bem como o de sua empresa, ao apelo nobilitante da arte:

Ao participar do patrocínio das artes, essas elites usam suas posições corporativas para promover interesses pessoais e status social. Modificando um pouco a teoria de Bourdieu, pode-se afirmar que essas elites empresariais estão transformando em capital cultural o capital econômico das corporações que elas dirigem para atender aos seus próprios fins, ainda que ajam ao mesmo tempo no interesse corporativo (WU, 2006, p. 150).

Quando abordarmos alguns aspectos relativos à composição da sociedade pelo viés da cultura, e da literatura em especial, não podemos esquecer que o artefato cultural e o social não se reproduzem mecanicamente; antes constituem termos de uma poderosa dialética, a abalar tanto o que está cristalizado, em vista dos modelos, da forma (estereotipia) e do procedimento. Sabemos que quanto mais elevado o padrão cultural de um indivíduo, mais se espera que ela tenha (ou demonstre) um conhecimento mais abrangente a respeito dos artistas e suas obras. Isso logo nos mostra que a canonização de determinadas referências resvala em critérios nem sempre objetivos, claros ou coerentes.

Cada camada social; cada estágio em que o indivíduo se encontra ou transpõe; cada expectativa que nutre em relação aos itens relacionais ou de consumo permitiria a ele que se conscientizasse a

esse respeito. Afinal, esses fatores interferem sabidamente nos juízos emitidos pelo próprio homem: “[...] um sentimento de vazio e irrealidade se instala em você. Sua vida se fragmenta desordenadamente em imagens, dígitos, signos – tudo leve e sem substância como um fantasma. Nenhuma revolta. Entre a apatia e a satisfação, você dorme” (SANTOS, 2006, p. 9).

Supondo que pudéssemos ser agrupados sob o estaque abrigo de etiquetas, com que palavras aceitaríamos ser classificados? Como representantes da estereotípia; ou como indivíduos à margem de qualquer representação ou sistema? E no entanto, quando isso não acontece por intermédio dos rótulos, são as instituições ditas sociais que devolvem a tranquila sensação de pertencimento ao sistema mais ordenado e planificador, mediante o ônus da mediania niveladora.

Ora, determinadas palavras certamente receberiam acepções bem distintas, em acordo com a suposta posição social (e cultural) de cada um em nossa sociedade, ampliando-se ou restringindo-se o alcance semântico de um termo como “cânon”, por exemplo. Isso implicaria notar que, para pessoas que sequer reconhecem a importância dos artefatos culturais (livros, jornais, filmes, jogos etc.), mesmo o conceito de “cânon” seria questionável.

Quem teria o direito – ou portaria os critérios necessários que lhe permitissem advogar em causa própria (“defendo a cultura porque sou escritor, professor, aluno”)? Neste caso, alguém aceitaria ser classificado como um ser “marginal” ou perfeitamente emoldurado por um determinado “tipo” social?

O antropólogo Roberto da Matta mostrou que, diante de qualquer ameaça a sua suposta segurança e status social, o indivíduo recorre ao rigor da lei, ao dado supostamente impessoal: “Quando se trata de rejeitar o mundo, rejeita-se no Brasil o universo das relações pessoais, para se cair de quatro no universo das leis impessoais, essas regras que esfolam e submetem todos os desprotegidos (ou seja, gente sem relações, gente indivisa)” (MATTA, 1997, p. 24).

Como se vê, a cultura pode favorecer um emprego absolutamente diverso daquele para o qual determinada obra, descoberta ou pensamento teriam sido criados ou projetados. Por isso, é relevante lembrar que o homem pode acessar as múltiplas modalidades e conteúdos culturais a sua volta, sob a condição de que não os compreendam como produtos resultantes de mera abstração, a afastá-lo do mundo do trabalho, da ordem instituída e ao abrigo de desígnios embutidos na estreita via mercadológica. Nas palavras de Antonio Candido:

A produção e fruição desta [literatura] se baseiam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que decerto é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. E isto ocorre no primitivo e no civilizado, na

criança e no adulto, no instruído e no analfabeto. A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão (2002, p. 80).

É sinal de grande preocupação, quando a terminologia dos *gadgets* contamina o discurso teoricamente humanista; ou pior, quando toma o seu lugar, em nome da crença cega na atualização de conceitos e meios – conduzida de modo compulsório e acrítico por colegas de trabalho. A concepção neoliberal também contagia o modo de conceber a literatura, como se a arte estivesse condenada ao fracasso devido à voracidade do consumo e à superficialidade que caracteriza o pensamento. Tudo em nome da liberdade de mercado e do suposto maior alcance do que se produz. Nas palavras de Luc Ferry:

Filosofia da liberdade, por excelência, o liberalismo se comprometia a tornar os seres humanos cada vez mais responsáveis. Foi, porém, sua própria vitória – já que a globalização é essencialmente liberal – que pouco a pouco os tornou seres desprovidos de qualquer domínio real sobre o andamento do mundo e, por isso mesmo, desresponsabilizados como nunca, pelo menos em nosso curto passado democrático. Essa atmosfera intelectual, tão característica da época presente, não tem [...] precedente algum na história humana. Como e por que motivo acabamos pondo tão radicalmente em dúvida os princípios que, dois séculos antes, nos pareciam fundadores da civilização europeia moderna? (2010, p. 17-18).

Em produtivo diálogo com a ficção de Jorge Luis Borges, Roger Chartier relembra aquilo “que define os seres humanos em sua humanidade: a memória, o nome, a diferença” (2002, p. 15). É desejável que a palavra seja empunhada dos modos mais variados pelos sujeitos. Felizmente, ela ainda não é exclusividade de telejornalistas ou comentaristas esportivos inócuos – uns e outros especializados em transmitir pretensas verdades e pseudoargumentos. A literatura pode emancipar o homem culturalmente e fortalecer a sua resistência frente a padronização do pensamento por intermédio da linguagem.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2.ed. Tradução: Valter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BARRENTO, J. **A literatura foi contaminada pela acumulação de atualidade**. Observador (Portugal), 3 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://observador.pt/2016/12/03/joao-barrento-a-literatura-foi-contaminada-pela-acumulacao-de-atualidade/>. Acesso em: 4 dez. 2016.

BARTHES, R. **O prazer do texto**. 4. ed. Tradução: Jacob Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

\_\_\_\_\_. **A sociedade de consumo**. Tradução: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2014.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Denztein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCH, M. **Apologie por l'histoire ou métier d'historien**. Paris: Librairie Armand Colins, 1974.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: DANTAS, V. **Textos de intervenção**, 2002, p. 77-92.
- CHARTIER, R. Os desafios da escrita. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. 6. ed. Tradução: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- FERRY, L. **Famílias, amo vocês: política e vida privada na era da globalização**. Tradução: Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- FLUSSER, V. **Filosofia da caixa-preta**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GÓMEZ, A. C. **Livros e leituras na Espanha do século de ouro**. Tradução: Claudio Giordano. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2014.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RJ; Contraponto, 2012.
- LIMA, L. C. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- LUCAS, F. **Literatura e comunicação na era eletrônica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: \_\_\_\_; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MORIN, E. Cultura de massas no século XX – o espírito do tempo: neurose. 4. ed. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PETRUCCI, A. Lire pour lire: un avenir pour la lecture. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **Histoire de la lecture dans le monde occidental**. Paris: Éditions du Seuil, 2001, p. 431-457.

PLATÃO. “Defesa de Sócrates” In: Diálogos. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1968.

RUSSEL, B. **História do pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgeinstein. Tradução: Laura Alves; Aurélio Rebello. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno**. 24ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARTRE, J.-P. **Qu’est-ce que la littérature?** Paris: Éditions Gallimard, 1948.

TARDE, G. **A opinião e a massa**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WHITE, L. A.; DILLIGHAM, B. **O conceito de cultura**. Tradução: Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave** [um vocabulário de cultura e sociedade]. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WU, C.T. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.